



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONSCIENTIZAÇÃO A PARTIR DA EDUCAÇÃO PROBLEMATIZADORA

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND AWARENESS FROM PROBLEMS EDUCATION

Aparecida de Sousa dos SANTOS¹
Elisangela Castedo Maria do NASCIMENTO²
Heitor Queiroz de MEDEIROS³

RESUMO

A Educação Problematizadora de Paulo Freire parte da realidade imediata. Ela considera o educando como sujeito da ação educativa e propõe uma transformação radical de pensamento. A educação problematizadora parte da experiência existencial do educando, apoiada na criatividade, estimulando a ação e reflexão, visando à transformação social. Por essas características de transformações da realidade que acreditamos que a Educação Problematizadora seja ideal como aliada à Educação Ambiental, pois esta também objetiva a transformação da mentalidade humana em relação à qualidade ambiental, já que a vida depende da natureza estar em equilíbrio. A pesquisa além de qualitativa também é caracterizada como pesquisa bibliográfica. O objetivo do artigo foi discutir a educação ambiental a partir da educação problematizadora de Paulo Freire como uma forma eficiente de atingir a formação de pessoas consciências dos problemas ambientais e capazes refletir e agir na busca de soluções para estes. Foram analisados textos de vários autores que versam sobre a Educação Ambiental no Brasil e os textos de Paulo Freire sobre a educação problematizadora com base na Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi (2011). Diante disso, a análise textual discursiva dos textos demonstrou que a aplicação da educação problematizadora de Paulo Freire é de grande ajuda na formação de pessoas capazes de conscientes dos problemas ambientais e capazes de refletir e agir na busca da solução de tais problemas.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Educação Problematizadora, Conscientização Ambiental.

¹ Doutoranda em Educação (UCDB); Professora na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); aparecidapolini@hotmail.com

² Doutora em Educação (UCDB); Educadora responsável pelo educativo da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul; ecmcastedo@gmail.com

³ Doutor em Ciências – Ecologia e Recursos Naturais (UFSCar); Professor na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) - Mestrado e Doutorado; heitor.medeiros@ucdb.br



ABSTRACT

Paulo Freire's Problematising Education starts from immediate reality. It considers the student as the subject of educational action and proposes a radical transformation of thought. The problematising education starts from the student's existential experience, supported by creativity, stimulating action and reflection, aiming at social transformation. Due to these characteristics of transformations of reality, we believe that Problem-posing Education is ideal as an ally to Environmental Education, as this also aims at transforming the human mentality in relation to environmental quality, since life depends on nature being in balance. The research, besides being qualitative, is also characterized as bibliographical research. The objective of the article was to discuss environmental education based on Paulo Freire's problematising education as an efficient way to achieve the formation of people who are aware of environmental problems and capable of reflecting and acting in the search for solutions to them. Texts by several authors who deal with Environmental Education in Brazil and texts by Paulo Freire on problematising education were analyzed based on the Discursive Textual Analysis of Moraes and Galiazzi (2011). In view of this, the discursive textual analysis of the texts demonstrated that the application of Paulo Freire's problematising education is of great help in the formation of people capable of being aware of environmental problems and capable of reflecting and acting in the search for the solution of such problems.

Keywords: Environmental Education, Problematising Education, Environmental Awareness.

1 INTRODUÇÃO

Na Educação que se quer ser libertadora o aprender é um ato de conhecer a realidade. Na visão de Paulo Freire essa é uma prática política, que pode libertar o ser humano de sua ignorância social e possibilitar, assim, a luta pelos direitos básicos, tornando-os capazes de pensar e analisar o mundo. Necessariamente a Educação Libertadora abre espaço ao diálogo, a comunicação, o levantamento de problemas, o questionamento e reflexão sobre o estado atual de coisas, na busca incansável por transformação.

A educação libertadora ou problematizadora estimula o aluno a participar ativamente na hora de aprender e principalmente a questionar a realidade. Na prática, o professor promove diálogo, debate e aproxima o mundo teórico do dia a dia dos alunos. É a chamada "educação ativa" e oportuniza que a aprendizagem venha da realidade concreta.

A Educação Problematizadora de Paulo Freire parte da realidade imediata. Ela considera o educando como sujeito da ação educativa e propõe uma transformação radical de pensamento. A educação problematizadora parte da experiência existencial do educando, apoiada na criatividade, estimulando a ação e reflexão, visando à transformação social.

Ao construir significados de uma realidade também se atribui valores, dessa forma, o processo



de aprendizagem não pode ser separado do processo político (FREIRE, 1996). A reflexão dos significados e valores é importante para transformar a realidade. Por essas características de transformações da realidade que acreditamos que a Educação Problematizadora seja ideal, pois parte da análise de sua própria realidade, para daí entender e compreender os problemas mais complexos (MARIA, 2011). A Educação Problematizadora aliada da Educação Ambiental possibilita pensar a transformação da mentalidade humana em relação à qualidade ambiental, já que a vida depende da natureza estar em equilíbrio.

Portanto, este artigo tem o objetivo de discutir a educação ambiental a partir da educação problematizadora de Paulo Freire como uma forma eficiente de atingir a formação de pessoas consciências dos problemas ambientais e capazes refletir e agir na busca de soluções para tais.

2 METODOLOGIA

Optamos pela pesquisa qualitativa, pois, abrange o contexto social do foco de investigação, proporcionando, o aprofundamento sobre o assunto e maior aproximação da realidade (ZANETTE, 2017). Essa metodologia possibilita pesquisar os fenômenos das relações sociais em vários ambientes, visto que é interessante analisar o contexto onde ocorre o fenômeno a partir do olhar das pessoas que vivem ali (Godoy, 1995). Para Deslandes; Gomes; Minayo (2009, p. 21) a pesquisa qualitativa possui “um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes”.

A pesquisa qualitativa é rica em descrições, transcrições, depoimentos, são usadas fotografias e outros tipos de documentos para conhecer o contexto e a percepção dos participantes (Ludke; André, 1986). Conforme explica Minayo (1994, p. 21-22), a abordagem qualitativa responde a questões muito particulares:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos a operacionalizações de variáveis.

Essa abordagem se mostra mais apropriada aos objetivos que pretendemos alcançar, além de adequada para compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, pois “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (Minayo, 1994, p. 22).



Além de qualitativa também é caracterizada como pesquisa bibliográfica, pois, buscamos fundamentos em fontes diversas confrontando informações que permitiram compreender os fenômenos produzidos ou analisados os quais dão a essa uma realidade mais ampla (GIL, 2017). O objeto de estudo foi a análise da possibilidade da utilização da educação problematizadora pela educação ambiental na formação de pessoas capazes de problematizar, refletir e agir na busca de soluções eficazes de problemas ambientais.

Outro motivo que nos leva a utilizar a Educação Problematizadora é o fato de partir:

da realidade imediata e propõe uma transformação radical na forma de pensar, sentir e agir que se acredita ser essa proposta a ideal aliada à Educação Ambiental que também visa a mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida, já que na era planetária é sabido que os maus hábitos locais causam reflexos mundiais (MARIA, 2011, p. 38).

Os textos de vários autores que versam sobre a Educação Ambiental no Brasil e os textos de Paulo Freire sobre a educação problematizadora foram analisados com base na Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi (2011), que corresponde a uma metodologia de análise de dados e informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir compreensões sobre discursos.

3 DADOS E ANÁLISE

A Educação Ambiental tem o objetivo de criar e ampliar formas sustentáveis na relação entre ser humano e meio ambiente. Também investiga soluções para os impactos ambientais negativos na tentativa de garantir condições de sobrevivência para as próximas gerações, e por essa razão muito se tem falado sobre a consciência planetária para a mudança do presente em função do futuro, onde as pessoas tenham atitudes de convivência como cidadãos planetários⁴. “Além da natureza, a discussão acerca do meio ambiente também abrange as questões humanas” (SATO, MOREIRA e LUIZ 2017, p. 285).

Cada ambiente tem as suas especificidades e diversidades, carecendo um olhar mais aprofundando sobre a proteção e conservação desse bioma, incluindo-se aí a EA como a melhor possibilidade de se evitar o mal maior, pois, segundo defende Sorrentino et al (2005), o tratamento dado à natureza não deve ser qualidade de usufruto de uma parcela da sociedade mais privilegiada e nem de um mecanismo de controle do mercado da economia.

Se, assim persistir, a possibilidade de aumento da desigualdade social se tornará uma infeliz

⁴ Foi criado por Francisco Gutierrez & Cruz Prado em 1999 o termo Cidadania Planetária para designar uma sociedade mundial, unificada.



realidade, da qual nós prescindimos tê-la. E não desenvolver a educação ambiental para a sustentabilidade socioambiental esbarra em teorias como a apresentada por Sato, Santos e Sánches (2020, p. 8), a Antropoceno, de Paul Crutzen, (era = ceno) da humanidade (= antropo) “[...] que incrimina o excesso de consumo energético como fator de grande prejuízo a Terra. [...] uma denúncia que [...] fomos os causadores de prejuízos ecológicos, escravizando a natureza, tirando proveito de seus ‘baixos custos’ e nada devolvendo” (Grifo dos autores).

Para o teórico, o antropoceno divide-se em três períodos: a aceleração industrial; a pesada maquinaria e estratégias do agronegócio; e as ‘mudanças climáticas’, mas como minimizar essa ação desestruturante?

Essa é uma crítica, ao capitalismo selvagem, que por consequência, produz vários problemas climáticos e prejuízos ao meio ambiente atingindo os componentes que garantem a vida, conforme argumentação de Sato, Santos e Sánches (2020, p. 8):

Na ecologia, aprendemos que nenhum ser é independente do outro, nem das porções que não tem vida, como a água, a terra, o fogo, ou o ar. Os humanos são ecodependentes dos ecossistemas e o mal que acontece em um, recairá sobre os outros. Somos elos intrínsecos de uma Terra que carece de toda sua extensão para que continue existindo.

No ambiente, os seres vivos interagem com o meio e com outros seres. O ser humano, que também é um ser vivo, por mais que não viva na natureza, são ecodependentes, pois tudo que precisa para sobreviver é retirado dela. Ao explorar a natureza, geralmente em busca de lucro, o ser humano causa danos e impactos negativos que acabam interferindo a vida de outros seres vivos e outros seres humanos, pois para toda ação, há uma reação como postulou Newton⁵, e as reações não são positivas para a vida no planeta.

A exploração indiscriminada da natureza e a desumanização do ser humano trouxeram muitos problemas à vida na Terra, inclusive ao próprio ser humano, como poluição de todos os tipos, doenças, queimadas, desmatamento e extinção de espécie, enxentes e mortes. Todos esses problemas são ocasionados pela exploração da natureza em favor do capitalismo (SANTOS, 2013). Para alimentar o nosso sistema econômico (capitalismo), o ser humano explora de forma opressora a natureza infinitamente com objetivo de adquirir lucro.

No capitalismo selvagem existe uma “situação opressora” em relação à natureza. Dessa forma:

[...] a necessidade que se impõe de superar a situação opressora. Isto implica no reconhecimento crítico, na “razão” desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela busca do ser mais (FREIRE, 1987, p. 18).

⁵ Newton cientista na área da física que deixou uma grande contribuição nos estudos da gravidade.



Segundo Freire superar a situação opressora é reconhecer criticamente a razão, a causa, dessa situação, para então transformar a realidade na qual nos encontramos, transformar as opiniões, as ações por meio da educação dialógica que só se efetiva quando a lógica da educação bancária, apenas informativa, é rompida com a intensão de refletir sobre a prática para “ser mais”.

A outra possibilidade de superação da situação opressora seria compreender que:

[...] o capitalismo é uma ilusão apregoado somente pelos 20% da minoria rica. É essencial compreendermos as catástrofes climáticas, os grupos sociais em situação de vulnerabilidade e construir políticas que possam combater as injustiças sociais e a degradação da natureza. Não podemos simplesmente retomar ao que era antes, já que a crise foi estabelecida exatamente pelo modo de viver, pelos modelos desenvolvimentistas que a humanidade elegeu como patamar ideal da felicidade. Inclusive foi a Medicina Moderna que destruiu nossas defesas naturais afastando a cultura popular e impondo a máfia farmacêutica. Será preciso aprender com o caos, na postulação de uma sociedade diferenciada, que consiga conjugar natureza e humanidade sob a égide do verbo amar. Não precisamos possuir tantas coisas, mas **temos que aprender a vibrar com um céu estrelado dentro de nós.** (SATO, SANTOS, SÁNCHEZ, 2020, p. 15, grifo dos autores).

Compreender essas questões nos coloca em rumo a ação transformadora de opiniões, ações e do “ser mais” do que ter. Carvalho (2008) acredita que essa transformação ocorra por meio da educação e baseada em Paulo Freire seria uma educação do tipo dialógica que visa “superar-se a alcançar o nível da conscientização, que exige sempre a inserção crítica de alguém na realidade que se lhe começa a desvelar, não pode ser, repitamos, de caráter individual, mas sim social” (FREIRE, 1983, p. 53).

Assim, o que se pode abstrair para frear, dentro desse contexto sociofilosófico e econômico, é trabalhar efetivamente a sensibilização, a conscientização no ser humano sobre a importância de conservar o meio no qual vive, e não somente projetar os ensinamentos dos mais vulneráveis, pelo contrário, deverão ser dadas as oportunidades de escuta; pois são esses os quais lidam direto, trabalham e atuam na terra sendo capazes de transformar o que está em dissonância. Entretanto, antes, exporemos os conceitos sobre como surgiu a EA e as políticas públicas advindas para a sua efetiva implantação.

Em Sorrentino et al (2005, p. 288), os autores apontam que a EA nasceu para atender a “[...] um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza”.

A preocupação ambiental de forma mais intensificada surge a partir do século XVIII, quando do auge da Revolução Industrial, pois havia uma concepção de desenvolvimento que favorecia o consumismo e o modo de produção capitalista que foi responsável pelos problemas ambientais



surgidos pelo uso inadequado dos recursos (GADOTTI, 2001).

Esse modelo de desenvolvimento, baseado no lucro e na exclusão social, [...] está criando, em escala mundial, um ambiente favorável ao surgimento de alternativas políticas regressivas e antidemocráticas que se aproximam do fascismo. Ele “não nos traz apenas o produto, traz-nos formas de organização social que destroem a nossa capacidade de utilizá-lo adequadamente (GADOTTI, 2001, p. 87)

Com isso, percebe-se que houve o recrudescimento dos problemas socioambientais em virtude da má utilização dos recursos, crescimento populacional, da poluição e deterioração do meio ambiente agravando-se ainda mais no pós-guerra, ou seja, “[...] temos problemas modernos para os quais não temos soluções modernas” (SANTOS, 2007, p. 19).

Quando houve o aumento da produção, elevação do crescimento populacional e conseqüentemente maior demanda pelo urbanismo, ocasionando, assim, o surgimento de uma grande crise ambiental global (SILVA, 2011) levando a busca de formas para conscientizar as pessoas a respeito de tais problemas.

Dessa maneira, foi proposto um novo padrão de desenvolvimento chamado de Ecodesenvolvimento, conceito criado por Maurice Strong e difundido a partir de 1974, sendo entendido como um desenvolvimento dependente de suas próprias forças e que responderia ao problema de harmonização dos objetivos socioeconômicos e ambientais (FILHO, 1993), ou seja, utilização suportável dos recursos naturais em atendimento às questões sociais (melhoria da qualidade de vida) e econômicas (atendimento ao mercado).

O termo Desenvolvimento Sustentável tem origem anglo-saxônica (Sustainable Development) ou Desenvolvimento Durável em português e foi amplamente difundido na década de 1980 (FILHO, 1993). Esse conceito possui os seguintes princípios:

- Integrar conservação da natureza e desenvolvimento;
- Satisfazer as necessidades humanas fundamentais;
- Perseguir equidade e justiça social;
- Buscar a autodeterminação social e da diversidade cultural;
- Manter a integridade ecológica (FILHO, 1993 p. 135)

Baseado nesses princípios o autor pondera o significado do termo desenvolvimento sustentável. A palavra desenvolvimento se refere a qualidade das relações humanas com a associação do meio ambiente com os valores socioculturais; já a palavra sustentável se refere às necessidades da sociedade de hoje sem prejudicar as necessidades das próximas gerações. Mas os requisitos de qualidade e quantidade estão diretamente relacionados às dimensões humanas, naturais e socioculturais sendo que o respeito a isso delimita as questões econômicas.

Segundo Filho (1993, p. 136), a ideia força para desenvolvimento sustentável:



[...] é a da ecologia, revelando uma visão mais biocêntrica. A natureza com seus próprios valores de ordem, padrão e ciclos a serem respeitados para não esgotar suas possibilidades e a fonte de energia

Como vimos, com o tempo o termo ecodesenvolvimento foi deixado de ser utilizado, sendo substituído por desenvolvimento sustentável, cujo sentido é criticado por Silva (2011, [s/p]) quando se percebe seu desvirtuamento ao afirmar haver “[...] a ruptura de um modelo que privatiza os lucros para uma minoria e socializa os prejuízos para uma maioria.” Sorrentino et al (2005, p. 289) também criticam esse modelo ponderando que atualmente:

[...] o conceito de desenvolvimento sustentável indica claramente o tratamento dado à natureza como um recurso ou matéria-prima destinado aos objetivos de mercado cujo acesso é priorizado a parcelas da sociedade que detém o controle do capital. Este paradigma mantém o padrão de desenvolvimento que produz desigualdades na distribuição e no acesso a esses recursos, produzindo a pobreza e a falta de identidade cidadã.

Filho (1993, p. 139) explica que a mudança de paradigmas ocorre com o surgimento de anomalias e isso revela que:

[...] os paradigmas existentes já não são capazes de encontrar soluções para os problemas colocados. E indicam um período de crise, pela proliferação de interpretações diferenciadas de teorias postas. A crise é a indicação que chegou a hora de renovar os instrumentos

Nesse sentido, as anomalias que surgiram acabaram distorcendo o sentido ideológico e pragmático provocando uma crise sobre a real necessidade de se preservar o meio ambiente por meio do efetivo desenvolvimento sustentável. Silva (2011) destaca que essa nova visão, ou mudanças de paradigmas, só será passível de transformação se houver investimento na educação, no enfrentamento dos dilemas societários, éticos e estéticos da atual civilização, e, é por meio dessa educação que se consubstanciarão “[...] os conhecimentos, as habilidades, os valores e as atitudes que influenciarão decisivamente o organismo social e o meio ambiente” (SILVA, 2011, [s/p]).

Dessa maneira, a EA surge como “uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada, com o contexto, com os outros, com o ambiente mais próximo, a começar pelo ambiente de trabalho e pelo ambiente doméstico”(GADOTTI, 2001, p. 99), e também tem o propósito de desenvolver a compreensão de que “um planeta vivo requer de nós uma consciência e uma cidadania planetárias, isto é, reconhecermos que somos parte da Terra e que podemos viver com ela em harmonia - participando do seu devir- ou podemos perecer com a sua destruição” (GADOTTI, 2001, p. 86).

Ainda segundo o autor, a EA se refere a uma mudança de mentalidade (conscientização) a respeito da qualidade de vida que está diretamente conectada a relação que temos com a natureza



envolvendo valores, ações e atitudes.

Sobre a conscientização, esta, não existe sem a ação-reflexão. Segundo Freire (1979), num primeiro momento é feita a aproximação espontânea, uma posição inicial, ingênua, sem uma visão crítica, então experimenta a realidade na qual está inserido. Nesse primeiro momento a tomada de consciência não é conscientização:

[...] porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo, que caracteriza os homens (FREIRE, 1979, p. 15).

Em outras palavras, a conscientização está condicionada ao conhecer, entender, compreender e refletir de forma crítica. A conscientização permite que a realidade seja exposta possibilitando pensar a resolução dos problemas. Uma pessoa conscientizada idealiza situações e soluções para os problemas ambientais, por exemplo. “A conscientização nos convida a assumir uma posição utópica frente ao mundo, posição esta que converte o conscientizado em fator utópico” (FREIRE, 1979, p. 16).

Carvalho (2008), compartilha as ideias de Freire ao se referir ao sujeito ecológico, aquele sujeito que idealiza viver de forma sustentável no mundo: “o sujeito ecológico é um ideal de ser que condensa a utopia de uma existência ecológica plena, o que também implica uma sociedade plena e ecológica” (CARVALHO, 2008, p. 65).

O ponto de convergência no pensamento desses dois autores, Freire e Carvalho, é a conscientização que leva a desenvolver em sua utopia um mundo ideal, onde todos consigam resolver os problemas que nos cercam, em nosso caso, denunciando os problemas ambientais e anunciando a solução deles de forma dialética (FREIRE, 1979).

Pensar a inter-relação humano, meio ambiente e sustentabilidade do planeta compreendemos que o sentimento de pertencimento é forte fator que pode criar uma:

[...] relação dialógica com o outro, que o processo formativo de Educação Ambiental construirá a ponte de aproximação com outras culturas e referências epistemológicas, que nos torne receptivo e ativo, acolhido e acolhedor de novas relações com o outro, sustentado em outras referências paradigmáticas. (GUIMARÃES, MEDEIROS, 2016, p. 58).



Dialogando ainda com outros autores que tratam da EA no contexto escolar, há o entendimento desta ser um processo no qual o educando começa a obter conhecimentos acerca das questões ambientais e, ao se familiarizar e tomar consciência do meio ao qual está inserido, ele interage e “[...] passa a ter uma nova visão sobre o meio ambiente, sendo um agente transformador em relação à conservação ambiental” (MEDEIROS et al, 2011, p. 2).

Sorrentino et al (2005), entende que a sustentabilidade socioambiental com o significado do ecodesenvolvimento trata-se de um processo de transformação do meio natural utilizando-se técnicas apropriadas, as quais impedem desperdícios e realçam as potencialidades deste meio, para atender as necessidades de todos os membros da sociedade, por atender à diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais nos quais essa sociedade se insere. Para esses autores:

A educação ambiental entra nesse contexto orientado por uma racionalidade ambiental, transdisciplinar, pensando o meio ambiente não como sinônimo de natureza, mas uma base de interações entre o meio físico-biológico com as sociedades e a cultura produzida pelos seus membros. Leff (2001) coloca a racionalidade ambiental como produto da práxis, ou seja, seria “um conjunto de interesses e de práticas sociais que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos” (SORRENTINO et al, 2005, p. 289).

Para os autores, quanto mais cedo inserir o indivíduo na EA, em todos os níveis de escolarização, principalmente na fase de alfabetização; mais reciprocidade e aproximação dos problemas advindos da falta de cuidado com a natureza servirão de subsídios para o enfrentamento desses problemas, haja vista a criança compreender e familiarizar-se mais facilmente ao conscientizá-la acerca das questões ambientais. Ademais, propiciará a ela interagir e integrar-se ao meio ambiente, deixando de lado o entretenimento tecnológico, hoje, muito comum na sociedade globalizada, bem como o isolamento nas grandes cidades por causa da violência, bem como a restrição de espaços verdes por espaços construídos (MEDEIROS et al., 2011).

Nessa construção Identitária do sujeito voltado à conservação do meio ambiente, Carvalho (2013, p. 115) classifica-o como o ser ecológico e assim justifica:

Isto significa que estas pessoas estão aderindo a um modo cuidadoso de se relacionar com os outros humanos e não humanos que tomam como boas corretas, e moral e esteticamente admiráveis. Poderíamos chamar esse espírito de cuidado, responsabilidade e solidariedade com o ambiente como uma dimensão “ecológica” que pode ser assumida por indivíduos, grupos e também pelas instituições como a escola ou as políticas públicas. A identificação social e individual com esses valores ecológicos é um processo formativo que se desenvolvido a todo o momento, dentro e fora da escola, e que tem a ver como o que chamamos a formação de um sujeito ecológico e de subjetividades ecológicas.

Formar o ser ecológico é um processo lento, ou não totalmente completo, pois, como vivemos



numa sociedade plural, os valores ecológicos, não são a única orientação disponível para a vida pessoal e coletiva. A educação é, em todas as suas modalidades, uma prática formativa e, primordialmente, se desenvolve na escola sendo o espaço institucional onde ocorre e, embora a formação do sujeito ecológico se dê em qualquer momento e espaço da vida; é na escola que os elos se entrelaçam e faz parte desse ambiente-mundo forjando o caráter desse indivíduo (CARVALHO, 2008).

Carvalho (2013, p. 117) define que: “[...] a escola é permeada por relações institucionais, locais, raciais, comunitárias, pedagógicas, políticas, é que faz da vida escolar um espaço social muito significativo”. E, cabe ao professor, exercer o seu poder e responsabilidade de formar novas subjetividades; e os caminhos a serem seguidos pelos os que participam do processo de construção, de saberes ecológicos, e na condição do educar como processo de liberdade, de abertura e de não coerção do outro como parte de sua motivação para educar.

Assim, guiado por seu desejo, o professor precisa de “uma prática que não se prenda aos limites disciplinares, que ultrapasse a tão defendida perspectiva interdisciplinar e que agregue o caráter de uma educação transdisciplinar” (FERREIRA e TRISTÃO, 2015, p. 143), que organize, articule, torne lógico o seu campo de conhecimento ao ensinar seus alunos. E, esses devem retribuir os elementos ensinados pelo professor em forma devolutiva pela via de transmissão única e aberta entre o educando e o professor; o processo de ensino e aprendizagem, o qual traz sentido para ele, internalizando o aprendizado e propiciando ao professor também aprender contribuindo com os fundamentos na formação do sujeito ecológico.

Entretanto, para a EA intramuros escolares é preciso fazer uma abordagem do conceito de educação ambiental correlacionando-a ao trinômio, educação, ambiente, natureza; então, nesse sentido, o ambiente, caracterizado também pelo o que lhe falta, exige um processo educativo específico que lhe afirme em suas dimensões geradas pelos processos econômico e científico; e se orientar pela reconstrução do mundo a partir da construção de saberes e do desenvolvimento de outras formas de apropriação da natureza (JACOBI, 2003).

É na escola que a criança desenvolve o cognitivo contribuindo na sua formação, por meio da educação, aprende por meio do diálogo a refletir, questionar e formar juízos de valores (MARIA, 2011). “A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” [...]. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo” (FREIRE, 1983, p. 38).

Para isso, a educação é ambiental se volta à educação geral e formativa de qualquer sociedade,



aquela que inclui valores, capacidades, conhecimentos, responsabilidades e aspectos que promovam o progresso das relações éticas entre as pessoas, seres vivos e a vida no planeta (JACOBI, 2003). Para Freire (2000), a discussão sobre o projeto de sociedade que queremos e almejamos, deve ser discutida pelas classes populares que não podem ser guaidas para o sonho das lideranças.

[...] a discussão em torno do sonho ou do projeto de sociedade por que lutamos não é privilégio das elites dominantes nem tampouco das lideranças dos partidos progressistas. Pelo contrário, participar dos debates em torno do projeto diferente de mundo é um direito das classes populares, que não podem ser puramente “guiadas” ou empurradas até o sonho por suas lideranças (FREIRE, 2000, p. 23).

Dessa feita, a educação é o meio indispensável, a qual todos devem ter direito, para que, além de serem capazes de dirigir suas próprias vidas, sejam capazes de exercerem seus papéis sociais e coletivos, pois a EA é para estar presente em todos os níveis de educação sendo a formal, não formal e informal, tratando de assuntos como: pobreza, população, segurança alimentar, democracia, direitos humanos e paz. Assim, a sustentabilidade vista perante as dimensões holísticas é tratada como “[...] um imperativo moral e ético no qual a diversidade cultural e o conhecimento tradicional precisam ser respeitados” (BRASIL, 2019, [s/p]). Ou seja, a EA é educar para a sustentabilidade

Assim, como foi visto em Silva (2011), a formação do indivíduo para uma educação, no século XXI, não deve ser forjada em modelos cartesianos e lineares, não se respeitando os avanços tecnológicos e científicos. Esses avanços, elevam os níveis de realidade fenomenológica e fazem com que haja o despertar de outros estados de percepção dos alunos, sem deixar de lado o desenvolvimento intelecto-cognitivo, mas se permitindo exercitar outros níveis de realidade que demonstrem uma visão mais abrangente, sem deixá-la esgotar-se. Para isso, o professor precisa ser um “educador-educando”, se educando na apreensão da realidade e na apreensão da realidade exposta pela comunidade (FREIRE, 1996). Segundo Barreto (2004), o papel do educador não apenas proferir, dissertar ao educando sua visão, mas dialogar com ele sobre o que ele pensa, problematizando sua realidade completa, por meio do diálogo.

Para Moran (2008, p. 3), “[...] a educação escolar precisa, cada vez mais, ajudar a todos a aprender de forma mais integral, humana, afetiva e ética, integrando o individual e social, os diversos ritmos, métodos, tecnologias, para construir cidadãos plenos em todas as dimensões”.

A educação problematizadora é ideal para conceber a Educação Ambiental, no âmbito da escola e no âmbito da sociedade, visto que, tem como meta a execução de políticas públicas que interajam e dialoguem numa regulação dialética sociedade-Estado a qual favoreça a pluralidade e a igualdade social e política. Isso implica reconhecer que a EA deve ser direcionada para a cidadania



ativa considerando seu sentido de pertencimento e corresponsabilidade o qual, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais (SORRENTINO et al, (2005).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos é na escola que a criança desenvolve o cognitivo contribuindo na sua formação. Na escola ela aprende por meio do diálogo a refletir, questionar e formar juízos de valores, quando o professor promove diálogo, debate e aproxima o mundo teórico do dia a dia dos alunos.

Os teóricos da Educação Ambiental concordam que cabe ao professor, exercer o seu poder de formar novas subjetividades, na condição do educar como processo de liberdade, de abertura e de não coerção do outro como parte de sua motivação para educar. Paulo Freire enfatiza que o professor precisa ser um “educador-educando”. Ao educar ele também aprende com seus alunos a realidade do seu mundo, ou seja, o professor precisa dialogar com o aluno problematizando sua realidade completa, aproximando o mundo teórico do cotidiano dos alunos.

Como a Educação Ambiental tem o objetivo de criar e ampliar formas sustentáveis na relação entre ser humano e meio ambiente e também investiga soluções para os impactos ambientais negativos, é no contexto da educação escolar que ocorre o processo no qual o educando começa a obter conhecimentos e consciência do meio que está inserido. Essa conscientização está condicionada ao conhecer, entender, compreender e refletir de forma crítica. A conscientização permite que a realidade seja exposta possibilitando pensar a resolução dos problemas.

Diante disso, a análise textual discursiva dos textos demonstrou que a aplicação da educação problematizadora de Paulo Freire é de grande ajuda na formação de pessoas e conscientes dos problemas ambientais e capazes de refletir e agir na busca da solução de tais problemas.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte e Ciência. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Propostas de Práticas de Implementação, Brasília, 2019**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3.



ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades culturais e a escola. In: Marta Pernambuco; Irene Paiva. (Org.). **Práticas coletivas na escola**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013, v. 1, p. 115-124.

FERREIRA, Nadja; TRISTÃO, Martha. Educação Ambiental em Diálogo com Paulo Freire, Edgar Morin e Boaventura De Sousa Santos: tessitura de práticas socioambientais de movimentos instituintes de autoformação coletiva. **Comunicações**, Piracicaba, Ano 22, n. 2, p. 137-163, Ed. Especial. 2015.

FILHO, Gilberto Montibeller. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável Conceitos e Princípios. **Textos de Economia**. Florianópolis, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/6645/6263/20545>. Acesso em: 27 abr. 2021

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Trad. Rosisca D. de Oliveira. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire / Paulo Freire**; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação. Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável**. *Enpublicacion: Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI*. Carlos Alberto Torres. CLACSO. 2001. ISBN: 950-9231-63-0. Acessado em 23/04/ 2010
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/torres/gadotti.pdf>

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUIMARÃES, Mauro; MEDEIROS, Heitor Queiroz de. Outras epistemologias em educação ambiental: o que aprender com os saberes tradicionais dos povos indígenas. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], p. 50 - 67, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.5959>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5959>. Acesso em: 20 abr. 2020.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cafajeste. Pesqui.** n. 118, p. 189-206, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 jul. 2020.

MARIA, E. C. **Entrelaçando conhecimentos e saberes: Educação Ambiental na Escola Indígena**



Marcolino Lili – Aquidauana-MS. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências), Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011.

MEDEIROS, Aurélia Barbosa de, MENDONÇA, Maria José da Silva Lemes, SOUSA, Gláucia Lourenço de, OLIVEIRA, Itamar Pereira de. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. *Revista Faculdade Montes Belos*, v. 4, n. 1, p. 1-17, set. 2011. Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/a-importancia-da-educacao-ambiental-na-escolas-series-iniciais.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. *Análise textual discursiva*. 2. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

MORAN, José M. **A educação que desejamos**. São Paulo: Papirus, 2008.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2007.

SATO, Michèle; MOREIRA, Benedito Dielcio; LUIZ, Thiago Cury. Educação Ambiental e narrativa transmídia: pedagogia popular e fenomenologia recriando o espaço escolar. **Momento: diálogos em educação**, v. 26, n. 2, p. 282-296, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/6830/5011>. Acesso em: 23 set. 2020.

SATO, Michèle; SANTOS, Déborah; SÁNCHEZ, Celso. **Vírus: simulacro da vida?** Rio de Janeiro: GEA-SUR, UNIRIO, 2020 Cuiabá: GPEA, UFMT, 2020.

SILVA, Aguinaldo Salomão. Desenvolvimento sustentável e a prática educativa. *Rev. Educação Ambiental em Ação* [online], n. 37, Ano X, set./nov. 2011. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1068>. Acesso em: 18 jul. 2020.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

ZANETTE, M. S. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n65/0104-4060-er-65-00149>. Acesso em: 13 ago. 2020. DOI: 10.1590/0104-4060.47454.